



Relatório de Atividades 2017





Relatório de Atividades 2017



Carta da Diretoria Executiva

O ano de 2017 foi marcado por retrocessos e ameaças à agenda de desenvolvimento sustentável e conservação na Amazônia. Em resposta, o Imazon ampliou sua capacidade de gerar informações e disseminá-las estrategicamente para qualificar debates da sociedade e subsidiar políticas públicas mais inclusivas e compatíveis com as múltiplas potencialidades da região.

Nesse sentido, em 2017 implementamos duas significativas melhorias em nosso sistema de alerta de desmatamento, conhecido como SAD. Primeiro, passamos a monitorar desmatamentos a partir de 1 hectare (antes, a resolução mínima do sistema era de 10 hectares). Segundo, adotamos o uso de imagens radar para detectar perda de floresta sob cobertura de nuvens que, durante períodos mais chuvosos, pode encobrir 90% da região.

Além desse aprimoramento da ferramenta remota, também reforçamos nossa atuação direta em campo. Atualmente, cerca de 50 municípios amazônicos, dos Estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia, são apoiados pelo Imazon, por meio de treinamentos, informações e orientações técnicas visando o fortalecimento da gestão ambiental municipal. Adicionalmente, em Unidades de Conservação da Calha Norte e entorno, no Pará, implementamos um programa de formação de agentes ambientais comunitários, com foco em conservação, uso sustentável de recursos naturais e fiscalização ambiental. Ainda nessa abordagem territorial, em 2017, prosseguimos com as atividades do Programa Territórios Sustentáveis, em três municípios do norte do Pará, uma iniciativa colaborativa apoiada no conceito dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Carta da Diretoria Executiva

O Imazon também atuou efetivamente em questões emergentes que ameaçam a proteção de florestas públicas e estimulam a grilagem na Amazônia. Um acontecimento de destaque foi a tentativa de redução da Floresta Nacional do Jamanxim, no Pará. Neste caso, estudos do Imazon foram decisivos para deter esse processo de desafetação da Flona. Outro destaque negativo foi a flexibilização da legislação fundiária (conversão da Medida Provisória nº 759/2016 na Lei nº 13.465/2017). O Imazon analisou os impactos das novas regras e, entre outros resultados, estimou perda de até 21 bilhões de reais ao patrimônio público pela cobrança de valores de terra abaixo da média de mercado. Esses dados subsidiaram argumentações de Ações Diretas de Inconstitucionalidade contra a nova lei.

Por fim, embora haja muitos desafios pela frente, é importante ressaltar que cresce a pressão para o fim do desmatamento na Amazônia. Conforme demonstram vários estudos deste Instituto e de parceiros, zerar o desmatamento é viável e trará benefícios econômicos ao propiciar agregação de valor e atração de investimentos de qualidade para a Amazônia.

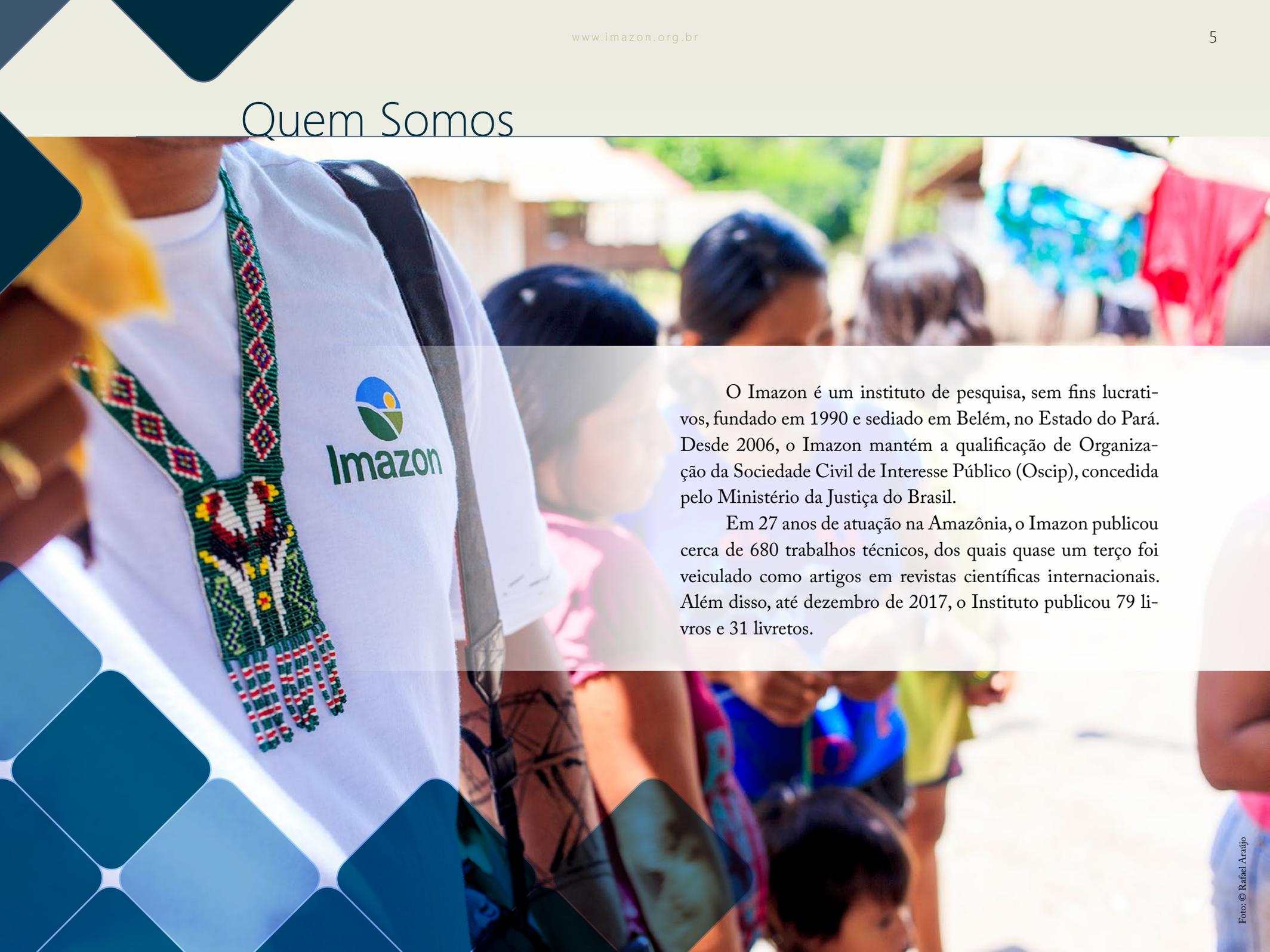
Conheça mais sobre nosso trabalho neste Relatório de Atividades 2017.

Uma boa leitura!

Andreia Pinto, *Diretora Executiva*
Verônica Oki, *Diretora Administrativa*



Quem Somos



O Imazon é um instituto de pesquisa, sem fins lucrativos, fundado em 1990 e sediado em Belém, no Estado do Pará. Desde 2006, o Imazon mantém a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), concedida pelo Ministério da Justiça do Brasil.

Em 27 anos de atuação na Amazônia, o Imazon publicou cerca de 680 trabalhos técnicos, dos quais quase um terço foi veiculado como artigos em revistas científicas internacionais. Além disso, até dezembro de 2017, o Instituto publicou 79 livros e 31 livretos.

MISSÃO

Promover conservação e desenvolvimento sustentável na Amazônia.

VISÃO

A Amazônia como uma área onde a biodiversidade, a cobertura florestal e os serviços ambientais associados estarão conservados e o desenvolvimento sustentável será atingido de modo a garantir condições de vida dignas para todos os habitantes da região.

ÉTICA

Adotar uma relação respeitosa com as outras instituições e atores sociais; respeitar os direitos autorais; respeitar os códigos de ética profissional; não discriminar raça, credo, posição social ou posição ideológica nas relações internas e externas.



USO DO MÉTODO CIENTÍFICO

O Imazon conduz análises objetivas e isentas, baseadas em métodos científicos comprovados na literatura especializada.

EXCELÊNCIA NA QUALIDADE

Os produtos do Imazon passam por um processo rigoroso de controle de qualidade interna e de revisão por pares externos. Isso reforça a credibilidade e o respeito ao Instituto.

SUSTENTABILIDADE

As soluções para os problemas de uso dos recursos naturais devem estar baseadas nos princípios de sustentabilidade, ou seja, capacidade de um ecossistema de manter processos e funções ecológicas, diversidade biológica e produtividade ao longo do tempo. Isso significa respeitar todas as formas de vida e os ciclos da natureza, valorizar a diversidade cultural, fortalecer economias locais sustentáveis, considerar os custos ambientais e sociais envolvidos nos processos produtivos e promover esforços para a repartição de benefícios (compartilhar poder na tomada de decisão e dividir os bens e serviços criados de forma sustentável).

PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES

1. Estudos do Imazon na área de manejo florestal e ecologia serviram de base para o estabelecimento de um sistema de manejo florestal destinado a empresas e comunidades tradicionais. No final de 2016, a área manejada na Amazônia já superava 7 milhões de hectares, dos quais mais da metade detinha o selo verde do Conselho de Manejo Florestal (FSC).
2. Estudo publicado em 2000 sobre a dinâmica do *Boom-Collapse*, em parceria com o Banco Mundial, serviu de referência para a elaboração de políticas públicas de combate ao desmatamento e criação de Unidades de Conservação (UCs) na Amazônia.
3. Pesquisas do Imazon sobre ecologia do mogno, a mais valiosa espécie de madeira tropical, foram essenciais para sua inclusão na lista de espécies ameaçadas da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora (Cites) em 2003.
4. Estudos técnicos e iniciativas de políticas públicas liderados pelo Imazon tiveram impacto direto na criação de 25 milhões de hectares de UCs na Amazônia, dos quais 12,8 milhões de hectares na região da Calha Norte do Pará.
5. Estudos sobre política e economia florestal contribuíram de forma decisiva para a elaboração da nova Lei de Gestão de Florestas Públicas do Brasil em 2006, cujo principal objetivo é promover o uso sustentável dessas florestas.
6. Em 2006, o Imazon desenvolveu o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) como instrumento para monitorar mensalmente e divulgar amplamente a situação do desmatamento na Amazônia.
7. A partir de 2007, o Imazon firmou parceria inédita com o MPF (Ministério Público Federal) e MPE (Ministério Público Estadual) para monitorar a ocorrência de desmatamento ilegal sobre as Áreas Protegidas (UCs e Terras Indígenas) nos Estados do Pará, Mato Grosso, Amapá e Roraima. Como resultado, o Imazon recebeu o Prêmio Chico Mendes em 2010.
8. Estudos realizados pelo Imazon sobre crédito público contribuíram para a resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) em 2008, que exige a regularidade ambiental e fundiária para concessões de novos créditos na região amazônica para imóveis acima de 400 hectares.
9. Estudos do Instituto sobre a área fundiária da Amazônia passaram a ser referência e contribuíram para que a regularização de terras fosse eleita prioridade do governo federal a partir de 2008.

10. Pesquisas do Imazon sobre manejo florestal comunitário serviram de base para a definição da política nacional de manejo florestal comunitário e familiar na Amazônia.
11. Estudos do Imazon sobre a lei de crimes ambientais contribuíram para o aperfeiçoamento das estratégias de combate ao desmatamento. Entre elas, mudanças para acelerar a doação de bens apreendidos e a disseminação da lista de imóveis embargados.
12. Em 2008, o Imazon desenvolveu o Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex), um sistema pioneiro para detectar e avaliar a efetividade e a qualidade de planos de manejo florestal para extração madeireira usando imagens de satélite na Amazônia.
13. O Imazon foi uma das instituições parceiras do Projeto Municípios Verdes (PMV) em Paragominas. Essa iniciativa resultou em uma drástica redução do desmatamento e aumento expressivo do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Além disso, o Instituto colaborou para que outros municípios paraenses deixassem a lista crítica de desmatamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA).
14. O Imazon foi uma das instituições-chave na iniciativa “Carta Aberta das Empresas Brasileiras” a favor de um acordo climático na Conferência do Clima em Copenhague em 2009 (COP-15). Essa iniciativa foi reconhecida pelo Secretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das mais importantes na fase preparatória da COP-15.
15. Os líderes da iniciativa transparência florestal do Imazon (Carlos Souza Jr. e Beto Veríssimo) receberam o prêmio global de empreendedorismo social da Fundação Skoll (EUA) em 2010.
16. Em 2010, o Imazon firmou parceria com a Google para desenvolver o seu sistema de monitoramento de desmatamento na plataforma Earth Engine (EE). O SAD-EE será usado para monitorar o desmatamento em outros países tropicais.
17. Em 2011, o Imazon apoiou a concepção e implantação do PMV do Estado do Pará, o qual reúne 105 municípios de um total de 144 existentes no Pará (1 milhão de quilômetros quadrados) e beneficia uma população de mais de 5 milhões de pessoas.
18. O Imazon contribuiu tecnicamente para a proposta do Desmatamento Líquido Zero (DLZ) até 2020 anunciada pelo Governo do Pará na Conferência Rio+20 em 2012.
19. O Imazon foi uma das instituições a liderar a elaboração do primeiro mapa de desmatamento para todos os países amazônicos (Panamazônia) para os anos 2000, 2005 e 2010. Isso ocorreu no âmbito da parceria com a Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georeferenciada (Raisg).

20. O Imazon foi pioneiro no monitoramento do desmatamento em assentamentos de reforma agrária na Amazônia. Esse trabalho contribuiu para a criação do Programa Assentamentos Verdes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em 2012.
21. O Imazon auxiliou o MPF na elaboração do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da pecuária no Pará. Esse termo foi fundamental para o aumento expressivo no CAR que passou de apenas 400, em 2009, para mais de 170 mil em 2016.
22. O Imazon participou da elaboração do Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Brasil (Seeg^[1]), a primeira iniciativa desse tipo no hemisfério. O Instituto foi responsável pela atualização das estimativas de emissões do setor de mudança de uso da terra para todos os biomas do Brasil.
23. O Instituto foi parceiro da World Resources Institute (WRI) na construção da Global Forest Watch (GFW), uma plataforma online de monitoramento e alerta que possibilita, pela primeira vez, o acesso a imagens de satélite, mapas de desmatamentos e *crowdsourcing* para garantir o acesso a informações em tempo real sobre as florestas do mundo.
24. Em 2014, o Imazon publicou um relatório sobre o progresso social na Amazônia brasileira, o primeiro relatório com base no Índice de Progresso Social (IPS) em escala subnacional no mundo.
25. O Imazon teve papel-chave na concepção e apoio à implementação da Lista de Desmatamento Ilegal do Pará (LDI).
26. O Instituto contribuiu para a elaboração e implementação do Programa Territórios Sustentáveis em Oriximiná, Terra Santa e Faro (Calha Norte do Pará), municípios que juntos formam um território superior a 120 mil quilômetros quadrados. www.territoriossustentaveis.org.br
27. O Imazon teve um papel-chave na concepção e desenvolvimento da rede MapBiomas, cujo objetivo é realizar o mapeamento anual da cobertura e uso do solo no Brasil.
28. O Imazon foi responsável pela elaboração do Sistema Integrado de Gestão Ambiental (Sigam), sistema eletrônico desenvolvido para auxiliar a descentralização da gestão ambiental municipal e dar suporte ao licenciamento ambiental.

Programas

MONITORAMENTO DA AMAZÔNIA

O objetivo geral do programa é detectar, quantificar e monitorar o desmatamento, a degradação florestal, a exploração madeireira, as estradas não oficiais e outras formas de pressão humana na Amazônia Legal usando imagens de satélite. Os resultados do monitoramento são combinados com diversos mapas digitais, por meio de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), para a qualificação dos problemas ambientais e planejamento regional. O programa também desenvolve propostas para políticas públicas e capacitação em geotecnologias. Por fim, dissemina estrategicamente os seus resultados, contribuindo para a redução do desmatamento e degradação florestal.



**VINTE
E SETE**
anos em
Defesa da
AMAZÔNIA

POLÍTICA E ECONOMIA FLORESTAL

O objetivo deste programa é avaliar e subsidiar políticas públicas para promover o uso e a conservação dos recursos florestais na região amazônica. O programa também apoia a criação e consolidação das UCs na Amazônia Legal com ênfase no Estado do Pará.

DIREITO E SUSTENTABILIDADE

Para criar um ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável na Amazônia é necessário tornar as leis ambientais e fundiárias coerentes e fazer com que elas sejam aplicadas de forma efetiva. Este programa visa facilitar o desenvolvimento sustentável na região com um enfoque no aumento da eficácia do combate ao crime ambiental e na ampliação da regularização fundiária.

MUNICÍPIOS SUSTENTÁVEIS

Atua no fortalecimento da gestão ambiental e no apoio à economia de baixo carbono nos municípios da Amazônia. Para isso, o programa i) realiza diagnósticos socioambientais muni-

cipais; ii) elabora bases detalhadas de referência geográfica; iii) promove treinamentos em geotecnologias aplicadas à gestão ambiental municipal; iv) apoia a articulação de pactos locais pela adequação ambiental; e v) analisa marcos regulatórios e fluxos de gestão, propondo aprimoramentos e soluções tecnológicas para ganhos em eficiência e transparência.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Este programa visa contribuir para a redução de emissões das principais fontes de Gases de Efeito Estufa (GEE) na Amazônia e apoiar ações para preparar e adaptar populações e ecossistemas locais aos impactos das mudanças climáticas. Para isso, elaboramos estudos e apoiamos políticas públicas estaduais e federais voltadas para a redução de emissões provenientes do desmatamento. Os objetivos do programa são: i) aumentar a eficácia de mecanismos de comando e controle e desenvolver instrumentos factíveis para estímulo à manutenção da floresta em pé; ii) estimular o aumento da produtividade agropecuária sem expansão de área e a adoção de práticas para reduzir as emissões de GEE diretas da criação bovina; e iii) estimular o aumento da área reflorestada e restaurada na Amazônia para ampliar o sequestro de carbono e esforços de adaptação.

Avanços e Conquistas

JAMANXIM SOB PRESSÃO

Estudo publicado pelo Imazon avaliou a pressão de desmatamento pela ocupação ilegal da Floresta Nacional (Flona) de Jamanxim, no sudeste do Pará, e fundamentou discussão contra a redução dessa UC.

Em fevereiro de 2017, lançamos o infográfico intitulado **Redução da Flona do Jamanxim: Vitória da Especulação Fundiária?** que mostra a pressão da ocupação ilegal sobre essa UC desde a sua criação, em 2016, até o ano da edição do decreto presidencial nº 756 em dezembro de 2016 com o objetivo de reduzir 24% da Flona.

A partir de dados do CAR, desmatamento do Programa de Cálculo de Desflorestamento da Amazônia (Prodes) e relatórios do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a análise demonstra que mais de 60% das ocupações ocorreram depois da criação da Flona e por isso seriam ilegais e possivelmente beneficiadas com a redução proposta pelo decreto presidencial.

Click para
visualizar o
infográfico
completo

Legenda

- Flona do Jamanxim (novo limite)
- Desmatamento até 2016
- Flona do Jamanxim (limite original)
- APA do Jamanxim
- Parna Rio Novo (limite original)
- Ampliação Parna Rio Novo
- CAR

ALTERAÇÕES DA MEDIDA PROVISÓRIA 756/2016

- Redução da FLONA do Jamanxim
- Criação da APA do Jamanxim
- Ampliação do PARNA Rio Novo

CONSEQUÊNCIAS DAS ALTERAÇÕES DA MP 756/2016

- **24% da FLONA** foram convertidos em APA;
- A alteração não resolve a questão fundiária, pois permaneceram **153 CARs na FLONA e 58 no PARNA**;
- Mesmo com a criação da nova APA **haverá áreas com embargos** (292 embargos).

Avanços e Conquistas

O estudo, que foi o primeiro a abordar as consequências desse decreto, ajudou a fundamentar a discussão do assunto durante toda a sua tramitação no congresso até o veto presidencial que recuou com a redução da UC. Artistas, entidades ambientais e a comunidade em geral engajaram-se no tema, que ganhou grande proporção na mídia e redes sociais,

gerando maior pressão para a tomada favorável de decisões do poder público.

No site do Imazon, o infográfico obteve mais de 452 visualizações até maio de 2017 e foi destaque no *Jornal Nacional* e programa *Conexão Cultura*, além da repercussão em matérias *Poder 360*, *O Eco* e *G1*.

Click para
ver a matéria

Matéria do O Eco

Matéria do Jornal Nacional

O Imazon também colaborou com uma iniciativa em conjunto com um grupo de entidades da sociedade civil que se posicionou contra a redução da Flona de Jamanxim por meio de uma *nota técnica*.

 Click para ver na íntegra a nota Técnica

MAIOR MONITORAMENTO DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

Novos sensores incorporados ao sistema do Imazon permitem detecção mais precisa mesmo em períodos chuvosos.

Desde agosto de 2017, o SAD introduziu novos sensores para monitorar as florestas da Amazônia, permitindo aprimorar a escala de detecção dos alertas de desmatamento. Atualmente, desmatamentos com área a partir de 1 hectare já podem ser mapeados por esse sistema. Anteriormente, apenas os desmatamentos com área superior a 10 hectares eram detectados pelo SAD.

O sistema do Imazon inovou ao ser o primeiro monitoramento mensal a incorporar imagens de radar, o que permite detectar a destruição em áreas de florestas cobertas por nuvens. Os períodos chuvosos na Amazônia representavam ausência de informação so-

bre a perda da floresta, pois em alguns meses a cobertura de nuvens chegava até 90% na região. O uso do radar contribuiu para o monitoramento contínuo, gerando informação para que os órgãos de fiscalização identifiquem os infratores que frequentemente desmatam nos meses chuvosos para escapar dos satélites.

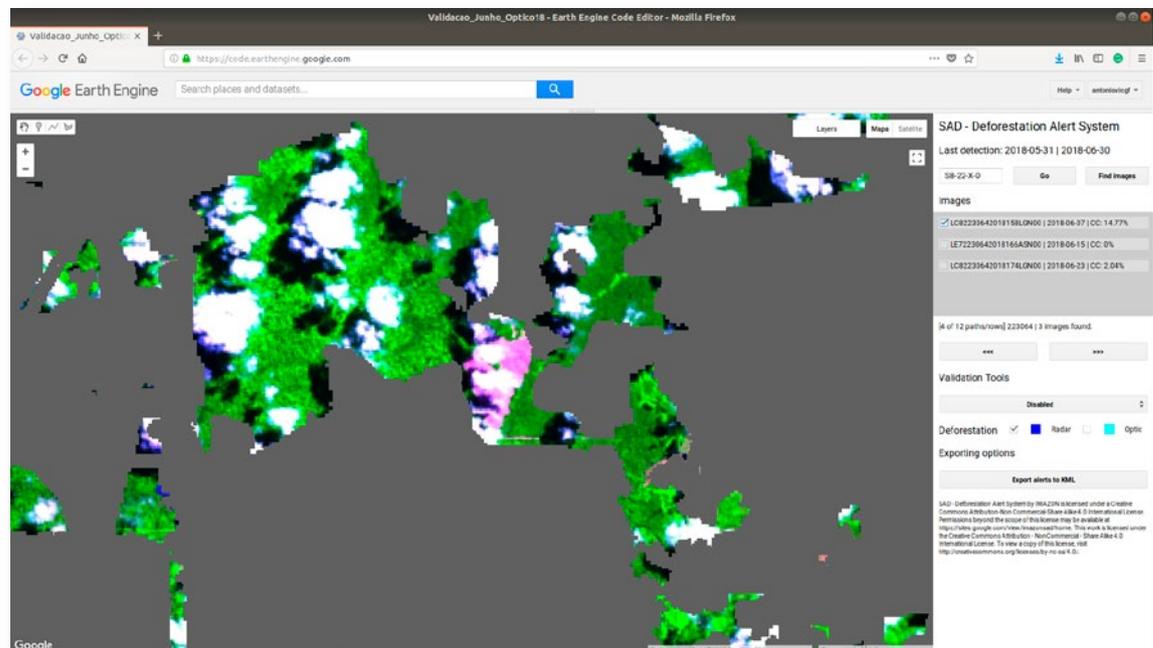


Imagem Plataforma SAD Multi-sensor

Para **Antônio Victor**, um dos pesquisadores responsáveis pelo SAD,

“identificar desmatamentos nessa dimensão permite ter um diagnóstico mais preciso sobre a dinâmica da região e auxilia no reconhecimento de novas áreas críticas”.

Os relatórios com as estatísticas do desmatamento permanecerão sendo divulgados mensalmente, mas em breve as detecções serão operadas a cada duas semanas, e os alertas serão disponibilizados de maneira ainda mais ágil e transparente por meio do portal ImazonGeo, o qual está sendo reformulado com previsão de lançamento para o segundo semestre de 2018.

Veja aqui os
Boletins do
Desmatamento
(SAD)



APOIO AO APRIMORAMENTO DAS AÇÕES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

Acordo entre Imazon e Instituto de Terras do Pará (Iterpa) permitirá maior controle das áreas públicas do Estado.

O Pará tem sido alvo de quadrilhas especializadas em invasão e venda ilegal de terras públicas associadas à desmatamento ilegal, conforme exposto nos últimos anos por operações da Polícia Federal, como a Castanheira (2014) e Rios Voadores (2016). Esse tipo de crime de invasão de terra pública tem gerado conflitos pela posse da terra e colocado o Pará como um dos líderes em conflitos agrários na Amazônia. Entre os fatores que contribuem para a vulnerabilidade do Estado nesse tema estão

a falta de controle das áreas públicas não destinadas pelo governo federal e estadual (38% do território paraense) e a lentidão em promover a destinação desses territórios. No Iterpa, parte dessa demora ocorre devido à baixa adoção de ferramentas tecnológicas para analisar as demandas por regularização, exigindo mais tempo e recursos humanos para analisar os requerimentos.

Para apoiar o aprimoramento do processo de regularização fundiária pelo órgão, o Imazon assinou com o Iterpa, em 2015, um Acordo de Cooperação Técnica que incluía o desenho de um sistema para gerenciar e analisar os dados de regularização fundiária, o Sicarf (Sistema de Cadastro e Regularização Fundiária do Pará).

Avanços e Conquistas

Em 2017, o Imazon organizou quatro reuniões, entre abril e junho, para apresentar o trabalho de elaboração do Sicarf e colher subsídios. Participaram representantes de organizações da sociedade civil, Governo Estadual do Pará, governo federal, MPF e Grupo de Trabalho (GT) agrário do MPE.

A versão final do primeiro módulo do sistema (*Módulo Banco de Dados*) foi entregue ao Iterpa em dezembro do mesmo ano. O módulo auxilia os trabalhos de levantamento de campo do Iterpa com o objetivo de prepará-lo adequadamente para atender as demandas nos municípios. Assim, os interessados em

serviços do Iterpa podem enviar dados de seus imóveis e indicar, antes do protocolo, seu interesse nas diferentes modalidades de regularização. Ainda em 2017, técnicos do órgão receberam treinamento para o uso do *Módulo Banco de Dados*.

Com esses dados, será possível realizar análises de sobreposição de demandas, arrecadação de terra, dentre outras informações relevantes para o trabalho do órgão. O Iterpa está providenciando a elaboração dos outros módulos do Sicarf com empresa terceirizada; o lançamento do sistema está previsto para 2018.

Evento de entrega do *Módulo Banco de Dados* ao Iterpa em dezembro de 2017.



GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL NA AMAZÔNIA

A gestão ambiental da Amazônia brasileira é um grande e complexo desafio – são 5 milhões de quilômetros quadrados com expressiva sociobiodiversidade e diferentes históricos de uso da terra e de recursos naturais. Nesse contexto, os municípios são as unidades administrativas de maior capilaridade e, potencialmente, melhor posicionadas para monitorar, licenciar e fiscalizar atividades de impacto local, desde que estejam estruturadas institucional e operacionalmente para assumir tais responsabilidades.

O Imazon tem contribuído para instrumentalização de municípios, gerando e disseminando informações e fer-

ramentas estratégicas ao planejamento e execução da gestão ambiental municipal. Nesse sentido, implementamos o projeto Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia com suporte financeiro do Fundo Amazônia/Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que possui um componente dedicado a apoiar municípios listados pelo MMA como prioritários para ações de combate e controle do desmatamento (lista instituída pelo decreto nº 6.321/2007). Em 2017, as ações de destaque para esse público foram:



- Construção do **Portal Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia**, o qual reúne todos os resultados do referido projeto, incluindo seções exclusivas para cada um dos 38 municípios beneficiários com resumo do perfil municipal a partir de dados primários e secundários.
- Elaboração de mapas atualizados de cobertura florestal, desmatamento, CAR e ordenamento fundiário para os 38 municípios.
- Realização de três treinamentos em geotecnologia aplicada à gestão ambiental, dos quais participaram 74 agentes ambientais (52 homens e 22 mulheres) de 25 municípios, distribuídos entre os Estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia.
- Realização do seminário *Embargo Ambiental: Procedimentos e Oportunidades para a Adequação de Áreas Embargadas*, em outubro de 2017, em Belém (PA), reunindo especialistas do Ibama e de órgãos ambientais estaduais e municipais de meio ambiente. O evento, que contou com 66 participantes presenciais (41 homens e 25 mulheres), foi transmitido ao vivo pela página do Facebook do Imazon.

Clique para ir ao portal



Em 2018, o Imazon seguirá com a estratégia de capacitar os municípios por meio da informação, do intercâmbio de experiências sobre temas relevantes e de interesse comum e pela transferência das técnicas e tecnologias que conferem maior segurança às rotinas da gestão ambiental. Além disso, o portal do projeto será atualizado constantemente com produtos, notícias e agenda de atividades.

A PECUÁRIA E O DESMATAMENTO

Os frigoríficos que compram gado da Amazônia têm sido pressionados, por campanhas ambientais e processos legais, a combater o desmatamento praticado pelos fazendeiros. A pressão para zerar o desmatamento, legal ou ilegal, é crescente, pois esta é a atividade econômica do Brasil que mais contribui para a emissão de GEE, que contribui para o aquecimento global. Algumas empresas frigoríficas assumiram o compromisso, por meio do TAC da Pecuária, de comprar apenas de fazendas sem desmatamento após 2009.

O Imazon publicou vários estudos em parceria com outras instituições para avaliar o impacto desses

acordos. Sete anos após o primeiro acordo, fomos a campo para obter informações e responder se os frigoríficos, de fato, podem contribuir para zerar o desmatamento na região. Com base em dados inéditos e na revisão de estudos, mostramos que os acordos avançaram, mas muito ainda precisa ser feito para que o setor efetivamente ajude a zerar o desmatamento na Amazônia. Um estudo lançado em 2017 conclui que 70% da capacidade de abate são de frigoríficos que assinaram o TAC. Entretanto, mesmo essas empresas estão expostas aos riscos associados ao desmatamento.

Para Paulo Barreto, pesquisador que lidera estudos sobre o tema no Imazon, “o primeiro problema é que fazendeiros têm burlado os boicotes por mecanismos de lavagem”. Por exem-



plo, fazendeiros arrendam fazendas embargadas para outros fazendeiros, os quais vendem o gado usando documentos (CPF, CNPJ, CAR) diferentes dos que constam nas listas de embargo do Ibama ou dos Estados. Para ele, “a grande maioria das empresas continua exposta aos riscos associados ao desmatamento: as signatárias do TAC, uma vez que sofrem os efeitos das fraudes e não controlam os fornecedores indiretos; e as não signatárias, porque não adotam qualquer controle dos fornecedores”.

As publicações do Imazon foram largamente citadas no relatório *Instituições Financeiras e a Gestão do Risco de Desmatamento* produzido pela Fundação Getúlio Vargas a pedido da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). As recomendações para gestão dos riscos nesse documento são grandemente baseadas no diagnóstico apresentado pelos estudos do Imazon e parceiros. O MP também usou o estudo para selecionar as empresas que devem ser fiscalizadas pelo Ibama, ou seja, aquelas com volume considerável de abate que não assinaram o TAC da pecuária.

Os estudos também renderam uma parceria entre Imazon e o site de jornalismo ambiental *((o))eco* que, desde 2016, vem produzindo reportagens investigativas para compreender o efeito das medidas de pressão sobre a cadeia da pecuária. Imazon e *((o))eco* estão juntos no projeto Rumo ao Desmatamento Zero, que lançará, em 2018, *Sob a pata do boi*, um filme sobre a cadeia da pecuária na Amazônia. O documentário mostra de forma inédita as múltiplas visões dos atores envolvidos nessa indústria.

APOIO À CONSOLIDAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA CALHA NORTE

Formação de agentes ambientais no maior corredor de biodiversidade do mundo

O Imazon vem apoiando as UCs da Calha Norte desde a sua criação em 2006. Inicialmente, o Instituto foi responsável pelos estudos de criação, formação dos conselhos consultivos e elaboração dos planos de manejo. A partir de 2012, passou a atuar fortemente na implementação desses planos. Em 2017, realizamos capacitação de agentes ambientais comunitários nas Flores-

tas Estaduais (Flotas) de Faro e do Trombetas e também nas comunidades ribeirinhas do entorno da Flona de Saracá-Taquera.

A formação desses agentes inclui conteúdo teórico e prático sobre conservação, uso sustentável e fiscalização ambiental. A carga horária, de aproximadamente 90 horas, possibilita formação de educadores e monitores ambientais, além de extensionistas em produção sustentável. Os agentes ambientais capacitados tem atuado na implementação dos planos de manejo das UCs da Calha Norte.



IMPACTOS NEGATIVOS DA MUDANÇA NAS REGRAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA

O governo federal alterou a lei sobre regularização fundiária na Amazônia em 2017 e, com isso, concedeu generosos benefícios a quem invadiu terra pública até 2011. A lei nº 11.952/2009 previa a regularização de imóveis da Amazônia Legal de até 1.500 hectares ocupados até dezembro de 2004. No entanto, a medida provisória nº 759/2016, convertida na lei nº 13.465/2017, alterou essa legislação e provocou várias mudanças. Entre elas, destacamos:

- Ampliação da data limite de ocupação da terra e do tamanho do imóvel: regularização para áreas públicas invadidas até dezembro de 2011 e imóveis de até 2.500 hectares, beneficiando os grandes invasores.
- Estabelecimento de valores irrisórios pela titulação de imóveis acima de 1 módulo fiscal e até 2.500 hectares: cobrança de 10% a 50% do valor mínimo da pauta de valores da terra nua elaborada pelo Incra. Por exemplo, 1 hectare de terra no município de Paragominas, no Pará, pode chegar a R\$ 10.000,00 pelo valor de mercado, mas, pela regra dessa medida provisória, o governo poderia cobrar R\$ 45 pela sua regularização.

O Imazon atuou ativamente na discussão sobre a medida provisória nº 759/2016 com participação em audiência pública na Câmara dos Deputados, publicação de nota técnica avaliando as alterações propostas por essa medida e pela medida provisória nº 759/2016 e publicação de artigos de opinião e vídeos sobre os aspectos mais problemáticos das propostas de alteração.

Após a sanção da nova lei, o Imazon publicou a [Nota técnica sobre o impacto das novas regras de regularização fundiária na Amazônia](#). Essa avaliação estimou uma perda ao patrimônio público de 19 a 21 bilhões de reais pela cobrança de baixos valores na regularização de 25.199 imóveis em processo no Programa Terra Legal. Esse valor corresponde à diferença entre o valor médio de mercado dos imóveis em processo de regularização e o valor a ser cobrado pelo governo de acordo com as novas regras. Com essa quantia que deixa de ser arrecadada,

o governo poderia beneficiar até 9,5 milhões de famílias ao longo de um ano por meio do Programa Bolsa Família, ou ainda cobrir 14 anos do orçamento destinado ao MMA em 2017 sem contingenciamento.

O Imazon também atuou com parceiros do Observatório do Clima para enviar à Procuradoria Geral da República (PGR) uma carta assinada por 68 instituições solicitando que o Procurador Geral ingressasse com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a nova lei. Em 2017, duas ADIs questionaram essa lei e usaram como parte da argumentação os dados sobre impacto no patrimônio público apresentados na nota técnica do Imazon: ADI nº 5771/2017 ajuizada pela PGR e ADI nº 5787/2017 ajuizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O Supremo Tribunal Federal (STF) não havia julgado as ações até o final de 2017.

PROGRAMA TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS

Segundo ano do programa que atua para promover o desenvolvimento sustentável de municípios do oeste do Pará.

O Programa Territórios Sustentáveis é uma iniciativa inovadora com metas e resultados a serem alcançados até 2030. O programa tem como objetivo maximizar o potencial do território para criar um modelo de gestão integrada, inclusiva e sustentável. As ações incluem o fortalecimento das instituições públicas, promoção das cadeias produtivas sustentáveis de uso da terra, fortalecimento da organização social e apoio à melhoria da gestão pública.

Com início das atividades em 2015, o Programa Territórios Sustentáveis está estruturado em cinco eixos: capital social, apoio aos quilombolas, gestão pública, desenvolvimento econômico e gestão ambiental. O Imazon é responsável pelas atividades de gestão ambiental e desenvolvimento econômico.



Em 2017, os principais resultados foram:

- Inauguração do Centro Comunitário de Gestão Compartilhada da Flota de Faro. O Centro tornou-se um local de apoio para gestão da Flota. Também é utilizado para as atividades da associação e hospedagem de turistas.
- Plano Turístico de Oriximiná. Atualiza o inventário municipal dos atrativos turísticos, serviços auxiliares (embarcações, hotéis, restaurantes etc.) e define ações prioritárias para o fomento do turismo no município.
- Plano de Uso Público da Flota de Faro. Aborda os atrativos disponíveis na Flota com roteiros e ações necessárias ao fomento do turismo de base comunitária. Em 2017, os comunitários começaram a receber turistas na Flota.
- Plano de Negócios da Castanha de Oriximiná. Avalia a viabilidade econômica para instalação de uma unidade de beneficiamento de castanha no Território Quilombola de Cachoeira Porteira.
- Pecuária Sustentável. A meta é aumentar a produtividade bovina na pecuária da região passando dos atuais 90 quilos por hectare para pelo menos 300 quilos por hectare. Para isso, oferecemos assessoria técnica a 14 fazendeiros de Oriximiná. A pecuária sustentável considera a viabilidade econômica, o bem-estar animal, a gestão ambiental da fazenda e a valorização dos trabalhadores responsáveis pelo manejo do gado.
- Concessão florestal: o benefício social às comunidades e os royalties constam no contrato das concessionárias de manejo florestal na Flona de Saracá-Taquera. Para recebimento desses recursos, as secretarias de meio ambiente devem enviar um planejamento de uso anual, aplicar o recurso e prestar contas. Assim, o Programa Territórios Sustentáveis capacitou os funcionários das secretarias de meio ambiente, finanças e conselheiros; realizou reuniões informativas e de planejamento nas comunidades; e apoiou a elaboração dos planos de trabalho que foram enviados ao Serviço Florestal Brasileiro (SFB). A estimativa de recursos a serem investidos nas comunidades soma 4 milhões e os royalties que podem ser utilizados na gestão ambiental somam 6 milhões.

DESMATAMENTO ZERO NO PARÁ: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

O desmatamento na Amazônia é desnecessário e inaceitável nos dias de hoje. Desmatar gera impacto no clima global e ocasiona a perda de biodiversidade. Desmatar agrava os problemas sociais e não gera desenvolvimento econômico de qualidade na região. O fim do desmatamento também se justifica porque o mercado consumidor nacional e global prefere produtos livres de desmatamento. Além disso, o valor econômico total da floresta amazônica em pé e seus serviços ecossistêmicos é crescente e será ainda mais estratégico no futuro próximo.

Assim como no restante da Amazônia, o Estado do Pará possui áreas desmatadas suficientes para aumentar sua produção agropecuária sem a necessidade de novos desmatamentos. Por essa razão, diversas iniciativas têm recomendado o Desmatamento Zero em toda região. Essas propostas variam em termos de prazos (Desmatamento Zero Já em 2020 ou em 2030) e em relação ao seu alcance e ambição (Desmatamento Bruto Zero, Desmatamento Líquido Zero - DLZ e Desmatamento Ilegal Zero).

O Imazon lançou, em junho de 2017, o relatório *Desmatamento ZERO no Pará: desafios e oportunidades*, no qual apresentamos a proposta do DLZ. Ou seja, obter uma redução drástica nas taxas de desmatamento (abaixo de 500 quilômetros quadrados por ano) e ao mesmo tempo um aumento significativo na restau-

ração florestal. Além disso, é necessário aumentar a produtividade agropecuária nas áreas já desmatadas, especialmente da pecuária. O relatório destaca que há ainda muitos obstáculos para alcançar o DLZ, incluindo demora na implementação do Código Florestal e o avanço da grilagem em florestas públicas não destinadas.

Disseminação e Reconhecimento

MANIFESTO PELAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Imazon foi uma das instituições que assinou manifesto pedindo ao governo que não seguisse com a proposta de redução das UCs do sul do Amazonas. Se aprovada, medidas provisórias e projetos de lei colocariam em risco a Reserva Biológica de Manicoré, Parque Nacional no Acari, Flonas do Ariapuanã e Urupadi, além da extinção da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Campos de Manicoré.

DESMATAMENTO ZERO E O SETOR PRIVADO

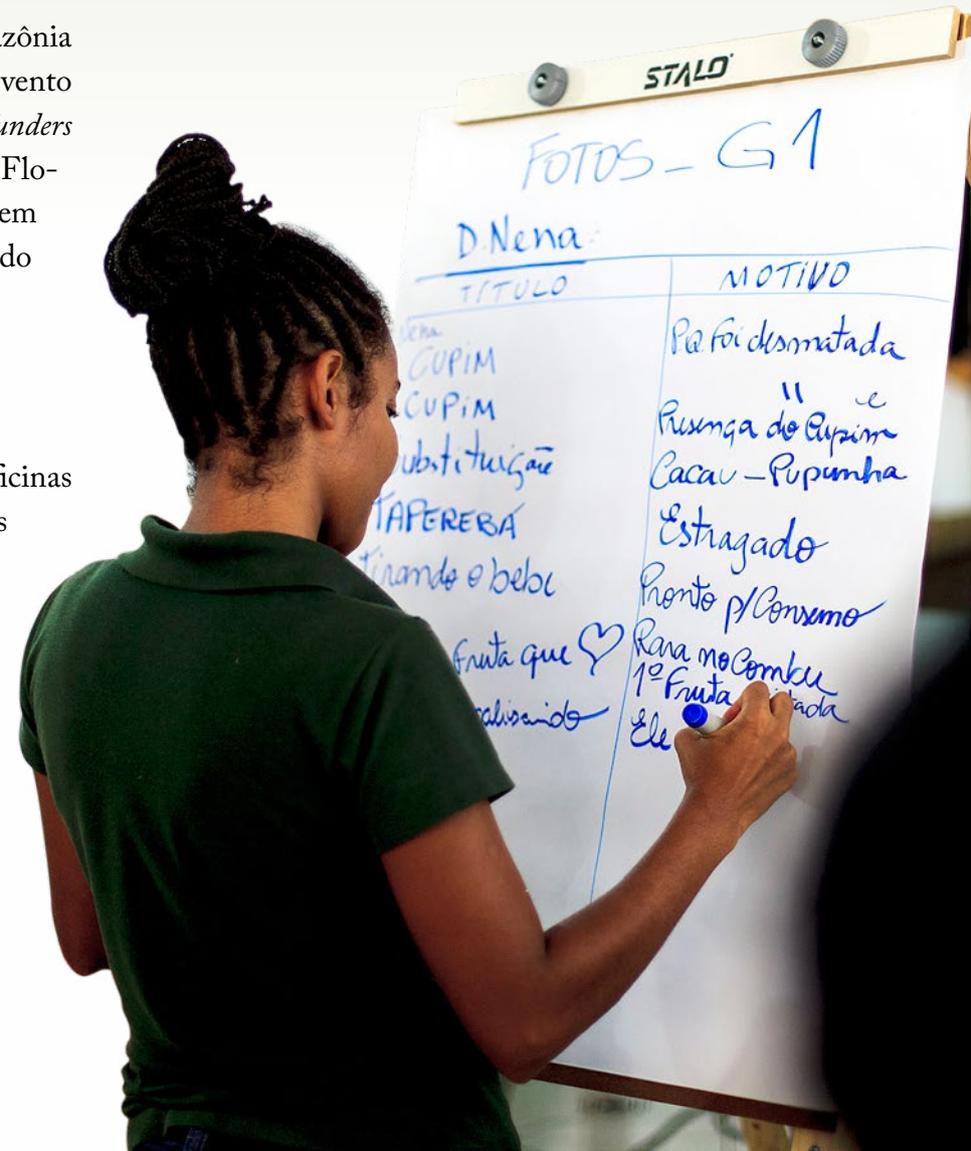
Imazon, Greenpeace Brasil, Instituto de Pesquisa da Amazônia (Ipam), dentre outras instituições do terceiro setor, organizaram o evento *Deforestation on the rise again – the role of the private sector and funders toward Zero Deforestation* como parte da programação do Tropical Florest Alliance 2020. O encontro, que aconteceu no mês de março em Brasília, promoveu um debate sobre a importância da contribuição do setor privado para a promessa do Desmatamento Zero.

CAPACITAÇÃO AMBIENTAL

Em março de 2017, o Imazon e o Ideflor-Bio realizaram oficinas de educação ambiental para jovens membros do programa Agentes Ambientais Comunitários da APA Ilha do Combu. O objetivo é incentivar o fortalecimento comunitário e a adoção de boas práticas de produção para consolidar a área como uma UC cada vez mais sustentável.

PARLAMENTO EUROPEU

O pesquisador Paulo Barreto participou de um debate no Parlamento Europeu cujo objetivo era propor reformas nas políticas europeias para reduzir o desmatamento da Amazônia.



PREMIAÇÃO

Representantes do Imazon e Mineração Rio do Norte receberam, durante a XIII Feira da Indústria do Pará, em maio de 2017, homenagem pelo 1º lugar no Prêmio Estadual de Inovação na Indústria Mineral com o Programa Territórios Sustentáveis.

RECONHECIMENTO INTERNACIONAL

O Imazon é tema de estudo de caso na Universidade de Duke (EUA). O relatório *Scaling Pathways – Imazon: Open Source data and partnerships do save the Amazon* analisa o impacto transformador e inovador da contribuição do Instituto para a redução do desmatamento na Amazônia legal. Esse estudo está disponível em inglês, espanhol e português. [Acesse aqui](#).

CADASTRO AMBIENTAL RURAL

O Imazon, em parceria com o SFB e a Fundação Roberto Marinho, promoveu roda de conversa sobre a importância do CAR - chamada Caravana do CAR -, a qual percorreu as cidades de Santarém e Belém (PA), Porto Velho (RO), Rio Branco e Boca do Acre (AC) durante o mês de maio de 2017.

RESTAURAÇÃO DA AMAZÔNIA

Em agosto, a pesquisadora Sâmia Nunes participou do *Fórum Ambiental pela Restauração na Amazônia* que aconteceu em Belém como parte da programação do Festival Ambiental. O debate também contou com a participação de representantes da Conservação Internacional Brasil (CI), Instituto Socioambiental (ISA), Museu Goeldi e MMA.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

O Imazon forneceu dados para o MPF produzir nota técnica contra o decreto que regulamentaria a atividade minerária na área da Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (Renca). O MPF defende a manutenção da Renca como única forma de proteger uma área ainda pouco desmatada da Amazônia, mas que já sofre pressão de desmatamento e ocupação. [Veja Nota aqui](#).

EU SOU A AMAZÔNIA

A Google Earth lançou, em julho de 2017, uma série com onze vídeos interativos que apresentam diferentes aspectos da região amazônica. O pesquisador Paulo Amaral, do Imazon, participou do vídeo *Eu sou a mudança – a história de Paragominas* – município paraense que saiu da lista negra dos maiores desmatadores da Amazônia. **Visite o site aqui.**



GRILAGEM DE TERRA

A análise da pesquisadora Brenda Brito sobre a medida provisória nº 759/2016, postada em vídeo na fanpage do Observatório do Clima alcançou mais de 21 mil visualizações e foi compartilhada mais de 800 vezes na rede social. A pesquisadora do Imazon afirma que a medida sancionada pelo presidente Michel Temer pode ser um presente para os grileiros da Amazônia e afeta os compromissos do Brasil no acordo sobre o clima. **Assista aqui.**



PECUÁRIA E DESMATAMENTO

Os pesquisadores Ritaumaria Pereira e Paulo Barreto analisaram o cenário da pecuária no Brasil e demonstraram como os problemas ambientais, trabalhistas e fiscais estão ligados à resistência de muitos produtores rurais em revelar o que há em suas fazendas. A análise pode ser lida no **site da revista Época**.

REPERCUSSÃO NACIONAL

As pesquisas realizadas pelo Imazon ganham constantemente repercussão nacional nos principais veículos de comunicação.

Em março, uma matéria do *Estadão* destacou o estudo do Imazon que alerta para o aumento do desmatamento em UCs, áreas que deveriam servir para a proteção da floresta amazônica. Matérias do site *O Eco*, relacionadas ao tema, alcançaram grande repercussão nas mídias sociais com mais de 3 mil compartilhamentos no *Facebook*.

Em maio, o jornal *Bom Dia Brasil* repercutiu dados do Imazon para alertar sobre as consequências negativas da aprovação das medidas provisórias 756 e 758 que reduzem Áreas Protegidas da Amazônia. O pesquisador Heron Martins, que liderou nota técnica sobre o tema, participou da **entrevista** em rede nacional.

O tema grilagem de terra foi manchete no *Jornal Nacional*, o qual mostrou que as mudanças de legislação podem beneficiar grandes desmatadores da Amazônia. O jornal *The Guardian* também abordou o tema grilagem de terra com dados do Imazon. **Leia matéria aqui.** 

Em junho, matéria no site da revista *Época* destacou os desafios para o Pará alcançar a meta do Desmatamento Zero a partir de estudo realizado pelo Imazon. Para o *Blog do Planeta*, a publicação é considerada o “manual do Desmatamento Zero” e aponta que, apesar de ser voltado para o cenário paraense, o relatório apresenta os passos e medidas necessárias para zerar o desmatamento em toda a Amazônia.

O estudo *Os frigoríficos vão ajudar a zerar o desmatamento na Amazônia?* ganhou repercussão internacional em reportagens do *El País* e *The Guardian*, no programa *Cidades e Soluções*, além de outros veículos nacionais.

Pesquisadores do Imazon também foram fonte de informação para matérias relacionadas ao tema da extinção da Renca. Jakeline Pereira, que participa de programas do Imazon que atuam na região, apontou os impactos ambientais dos garimpos ilegais em matéria do *Bom Dia Brasil*, *Jornal do SBT* e *Época*.

O importante site de notícias *Mongabay* publicou matéria sobre a redução da proteção socioambiental na Amazônia e os riscos dessas decisões para os objetivos do Acordo de Paris.

Disseminação e Reconhecimento

#COP23

Em novembro de 2017, o Imazon em conjunto com Greenpeace Brasil, Instituto Centro Vida, Imaflora, ISA, Ipam, The Nature Conservancy (TNC) e World Wide Fund for Nature (WWF) lançou o relatório *Desmatamento Zero na Amazônia: como e por que chegar lá* durante a 23ª Conferência do Clima das Nações Unidas. O documento deixa claro que não há mais justificativas para a destruição das florestas.

O pesquisador Paulo Barreto participou da programação *Zero Deforestation Group*, uma rodada de debates para definir estratégias para zerar o desmatamento ilegal e legal na Amazônia. Barreto apresentou a palestra *As pessoas mais poderosas para parar o desmatamento na Amazônia* com dados de estudos sobre o impacto da pecuária.

O pesquisador e co-fundador do Imazon, Beto Veríssimo, participou como mediador no painel *Parcerias para o desenvolvimento sustentável da Amazônia e o equilíbrio climático*, que apresentou projetos de implementação de políticas ambientais e desenvolvimento sustentável.

CONSUMO CONSCIENTE

Em novembro foi realizado o evento *Como o consumidor de carne pode salvar vidas humanas?*, o qual contou com a participação do pesquisador Paulo Barreto na discussão sobre como a indústria de alimentos, restaurantes, supermercados e consumidores podem zerar o desmatamento. Em dezembro, o pesquisador, chefs de cozinha e produtores estiveram reunidos para debater o tema no *Festival Origem – a conexão do campo com a gastronomia*.



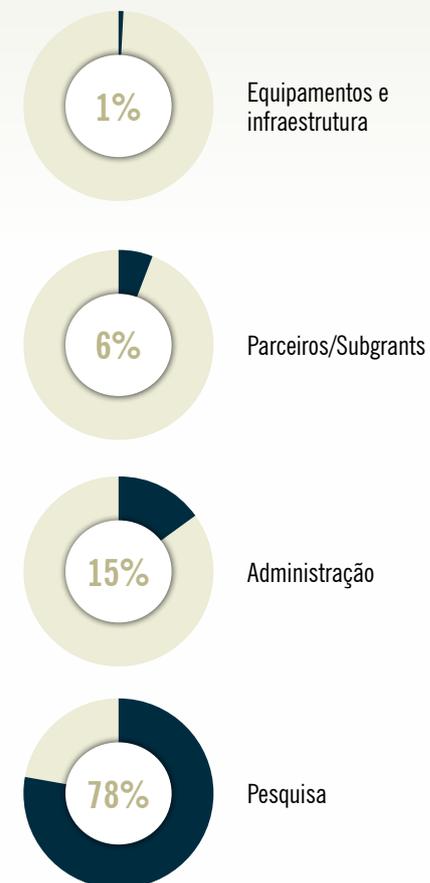
Principais Apoiadores

- BNDES / Fundo Amazônia
- Gordon and Betty Moore Foundation
- Comando de Defesa Aeroespacial da América do Norte (Norad)
- José Roberto Marinho
- Mineração Rio do Norte S.A
- Good Energies Foundation
- Climate and Land Use Alliance (Clua)
- Instituto Ibirapitanga
- WRI Brasil
- The Sustainable Trade Initiative (IDH)

Extrato do Balanço Financeiro 2017

ENTRADA DE RECURSOS		
BNDES / Fundo Amazônia	7.712.880,59	40,85%
Gordon And Betty Moore Foundation	4.143.903,36	21,95%
NORAD	2.087.876,67	11,06%
José Roberto Marinho	1.613.484,30	8,54%
Mineração Rio do Norte S.A.	1.179.423,74	6,25%
Good Energies Foundation	568.531,40	3,01%
Climate Works Monitoramento	456.097,43	2,42%
Instituto Ibirapitanga	313.109,64	1,66%
WRI Brasil	240.000,00	1,27%
The Sustainable Trade Initiative - IDH	166.730,93	0,88%
Fundação Propaz	140.000,00	0,74%
Fundação Britdoc	81.000,00	0,43%
Fundación Avina	79.521,75	0,42%
Martins Agropecuária	58.802,12	0,31%
Inst. de Conservação e Desenv. Sustentável da Amazônia	21.975,96	0,12%
Ebata Produtos Florestais Ltda	19.260,00	0,10%
TOTAL	18.882.597,89	100,00%
APLICAÇÃO DE RECURSOS		
Pesquisa	10.997.447,67	78,10%
Administração	2.142.886,82	15,22%
Equipamentos e Infraestrutura	160.517,69	1,14%
Parceiros/Subgrants	779.810,79	5,54%
TOTAL	14.080.662,97	100,00%

APLICAÇÃO DE RECURSOS 2017



Extrato do Balanço Financeiro 2017

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (em milhares de reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo e patrimônio social	Nota	2017	2016
Ativo Circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	152	62	Fornecedores		59	52
Recursos vinculados a projetos	5	10.921	7.079	Obrigações sociais e trabalhistas		469	367
Adiantamentos	6	1.538	433	Obrigações tributárias		62	62
Valores a receber		95	-	Adiantamentos recebidos	9	101	146
Créditos de contratos e termos de cooperação		-	2	Obrigações com recursos de projetos	10	10.947	6.350
Total do ativo circulante		12.706	7.576	Total do passivo circulante		11.638	6.977
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Imobilizado	7	624	700	Obrigações com recursos de projetos	7	345	388
Intangível	8	1	36				
Total do ativo não circulante		625	736	Total do passivo não circulante		345	388
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social	13	1.348	947
				Total do patrimônio líquido		1.348	947
Total do ativo		13.331	8.312	Total do passivo e do patrimônio líquido		13.331	8.312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.
As demonstrações financeiras completas com as respectivas notas explicativas encontram-se disponíveis no endereço www.imazon.org.br

Extrato do Balanço Financeiro 2017

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON**Demonstrações do resultado**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Receitas líquidas			
Receitas sem Restrição	14	2.845	1.833
Receitas com Restrição	14	11.427	11.533
Total e receitas líquidas		14.272	13.366
Custos operacionais			
Custo sem Restrição	15	(1.582)	(1.373)
Custo com Restrição	15	(11.427)	(11.533)
Total de custos		(13.009)	(12.906)
Superávit bruto		1.263	460
Despesas administrativas	16	(870)	(607)
(Déficit) superávit antes do resultado financeiro líquido		393	(147)
Receitas financeiras	17	21	25
Despesas financeiras	17	(13)	(11)
Resultado financeiro líquido		8	14
Superávit do exercício		401	(133)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras completas com as respectivas notas explicativas encontram-se disponíveis no endereço www.imazon.org.br

Extrato do Balanço Financeiro 2017

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

	2017	2016
Superávit (déficit) do exercício	401	(133)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	-	-
Resultado abrangente total	401	(133)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.
As demonstrações financeiras completas com as respectivas notas explicativas encontram-se disponíveis no endereço www.imazon.org.br

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (em milhares de reais)

	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	1.080	-	1.080
Déficit do exercício	-	(133)	(133)
Incorporação do déficit do exercício	(133)	133	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	947	-	947
Superávit do exercício	-	401	401
Incorporação do superávit do exercício	401	(401)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.348	-	1.348

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.
As demonstrações financeiras completas com as respectivas notas explicativas encontram-se disponíveis no endereço www.imazon.org.br

Extrato do Balanço Financeiro 2017

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - AMAZON		
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (em milhares de reais)		
	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	401	(133)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	97	135
Custo residual do ativo imobilizado alienado	2	-
	500	2
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes		
Recursos vinculados a projetos	(3.842)	(1.001)
Recursos a receber de projetos	(95)	-
Adiantamentos pagos	(1.105)	(245)
Créditos de contratos e termos de cooperação	2	88
Fornecedores	7	(37)
Obrigações sociais e trabalhistas	102	(461)
Obrigações tributárias	(1)	(19)
Adiantamentos recebidos	(45)	45
Obrigações com recursos de projetos	4.597	1.663
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	120	35
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(30)	(43)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(30)	(43)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos com administradores	-	(130)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	-	(130)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	90	(138)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	62	200
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	152	62
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	90	(138)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras completas com as respectivas notas explicativas encontram-se disponíveis no endereço www.imazon.org.br

Parecer dos Auditores Independentes



KPMG Auditores Independentes
Tv. Dom Romualdo de Seixas, 1.476, salas 1.505 e 1.506
Ed. Evolution - Bairro Umarizal
66055-200 - Belém/PA - Brasil
Caixa Postal 81 - CEP 66017-970 - Belém/PA - Brasil
Telefone +55 (91) 3321-0150, Fax +55 (91) 3321-0151
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores do
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON
Belém - PA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas do auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belém, 11 de junho de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC PA-000/428

Luciano Medeiros
Contador CRC SP-138148/O-3 T-AM

Anexos

ATUAÇÃO EM REDES

O Imazon participa dos seguintes coletivos:

- **Aliança pela Restauração na Amazônia (ARA)**
Representantes: Andréia Pinto e Sâmia Nunes.
- **Aliança para o Desenvolvimento Sustentável do Sul do Amazonas**
Representantes: Paulo Amaral e Andréia Pinto.
- **Câmara Ambiental do Conselho Diretor do FSC - Iniciativa Brasil**
Representantes: Paulo Amaral e Dalton Cardoso.
- **Câmara Técnica Permanente de Espécies Ameaçadas do Estado do Pará (CTPEA)**
Representantes: Andréia Pinto, Izabella Gomes e Carlos Alexandre da Cunha.
- **Câmara Técnica Setorial de Floresta do Estado do Pará (CTSF)**
Representante: Paulo Amaral.
- **Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura**
Representantes: Paulo Barreto e Brenda Brito.
- **Comitê Executivo do Movimento Empresarial pela Biodiversidade**
Representante: Adalberto Veríssimo.
- **Comitê Técnico da LDI**
Representantes: Heron Martins e Amintas Brandão Jr.
- **Conselho Gestor do Programa Municípios Verdes**
Representantes: Andréia Pinto e Heron Martins.
- **Conselho Consultivo da Estação Ecológica Grão-Pará-PA**
Representantes: Jakeline Pereira e Eli Vale.
- **Conselho Consultivo da Reserva Biológica Maicuru-PA**
Representantes: Jakeline Pereira e Eli Vale.
- **Conselho Consultivo da Reserva Biológica do Rio Trombetas - PA**
Representantes: Jakeline Pereira e Elis Araújo.
- **Conselho Consultivo da Floresta Estadual de Faro - PA**
Representantes: Jakeline Pereira e Eli Vale.
- **Conselho Consultivo da Floresta Estadual do Trombetas - PA**
Representantes: Jakeline Pereira e Eli Vale.
- **Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Jari AP/PA**
Representantes: Jakeline Pereira e Renan Moura.
- **Conselho Consultivo do Parque Estadual do Utinga-PA**
Representantes: Renan Moura e Elis Araújo.
- **Fórum Paraense de Mudanças Climáticas (como representante titular do Observatório do Clima)**
Representante: Brenda Brito.

- **Grupo de Trabalho para Elaboração de Plano para Fiscalização de Áreas Protegidas - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas-PA)**
Representante: Heron Martins.
- **Observatório do Clima (Coordenação Colegiada)**
Representante: Brenda Brito.
- **Observatório do Código Florestal**
Representante: Andréia Pinto.
- **Observatório do Manejo Florestal Comunitário e Familiar (OMFCF)**
Representante: Paulo Amaral.
- **Grupo de Trabalho do Cadastro Ambiental Rural (CAR) – PMV-PA**
Representante: Heron Martins.
- **Grupo de Trabalho de Apoio às Ações de Combate e Prevenção do Desmatamento Ilegal e ao Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamentos Federais e Estaduais do Pará – PMV-PA**
Representante: Amintas Brandão Jr.
- **Grupo de Trabalho para o Estudo das Implicações do Novo Código Florestal para o Estado do Pará – PMV-PA**
Representante: Heron Martins.
- **Grupo de Trabalho Capacitação para Gestão Ambiental Municipal – PMV-PA**
Representante: Kátia Pereira.
- **Grupo de Trabalho Restauração Florestal – Semas-PA**
Representantes: Andréia Pinto e Sâmia Nunes.
- **Grupo de Trabalho do Controle Florestal – MMA.**
Representantes: Dalton Cardoso e Adalberto Veríssimo
- **Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg)**
Representante: Carlos Souza Jr.
- **Rede de Capacitação da Amazônia (Recam)**
Representante: Izabella Gomes.
- **Rede MapBiomias**
Representante: Carlos Souza Jr. (Coordenação Técnico-Científica)

ACESSO A PUBLICAÇÕES

Publicações mais acessadas em 2017*	
Unidades de Conservação mais desmatadas da Amazônia Legal (2012 - 2015)	1.314
Os frigoríficos vão ajudar a zerar o desmatamento da Amazônia?	1.194
Nota Reserva Nacional do Cobre e seus Associados (Renca) e as Áreas Protegidas	822
Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (julho de 2017) SAD	758
Redução da Flona do Jamanxim: vitória da especulação fundiária?	695
Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (fevereiro e março de 2017) SAD	630
Degradação florestal no Estado do Pará (agosto de 2015 a julho de 2016)	552
Diagnóstico dos fatores-chave de sucesso para a restauração da paisagem florestal: município de Paragominas e Estado do Pará	506
Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (maio de 2017) SAD	490
Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (dezembro de 2016 e janeiro de 2017) SAD	489
Outros acessos	149.215
Total de acessos no site	156.665

LISTA DE PUBLICAÇÕES

LIVROS E LIVRETOS

- **Avaliação e modelagem econômica da restauração florestal no Estado do Pará.**
Silva, D. & Nunes, S. 2017. Avaliação e modelagem econômica da restauração florestal no Estado do Pará (p. 92). Belém: Imazon.
- **Unidades de Conservação mais desmatadas da Amazônia Legal (2012-2015).**
Araújo, E.; Barreto, P.; Baima, S. & Gomes, M. 2017. Unidades de Conservação mais desmatadas da Amazônia Legal (2012-2015) (p. 92). Belém: Imazon.
- **Os frigoríficos vão ajudar a zerar o desmatamento da Amazônia?**
Barreto, P.; Pereira, R.; Brandão, A. & Baima, S. 2017. Os frigoríficos vão ajudar a zerar o desmatamento da Amazônia? (p. 158). Belém: Imazon.
- **Desmatamento Zero no Pará: desafios e oportunidades.**
Moura, R.; Santos, D.; Veríssimo, A.; Nunes, S.; Brito, B.; Barreto, P.; Martins, H. & Celentano, D. 2017. Desmatamento Zero no Pará: desafios e oportunidades (p. 84). Belém: Imazon.
- **Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex): Estado do Pará 2015-2016.**
Cardoso, D. & Souza Jr., C. 2017. Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex): Estado do Pará 2015-2016 (p. 31). Belém: Imazon.
- **Desmatamento zero na Amazônia: como e por que chegar lá.**
Greenpeace, Imaflora, Imazon, Instituto Centro de Vida, Instituto Socioambiental, Ipam, The Nature Conservancy, WWF. 2017.

ARTIGOS

- **Potential trajectories of the upcoming forest trading mechanism in Pará State, Brazilian Amazon.**
Brito, B. 2017. *Potential trajectories of the upcoming forest trading mechanism in Pará State, Brazilian Amazon*. PLOS ONE 12(4): e0174154.

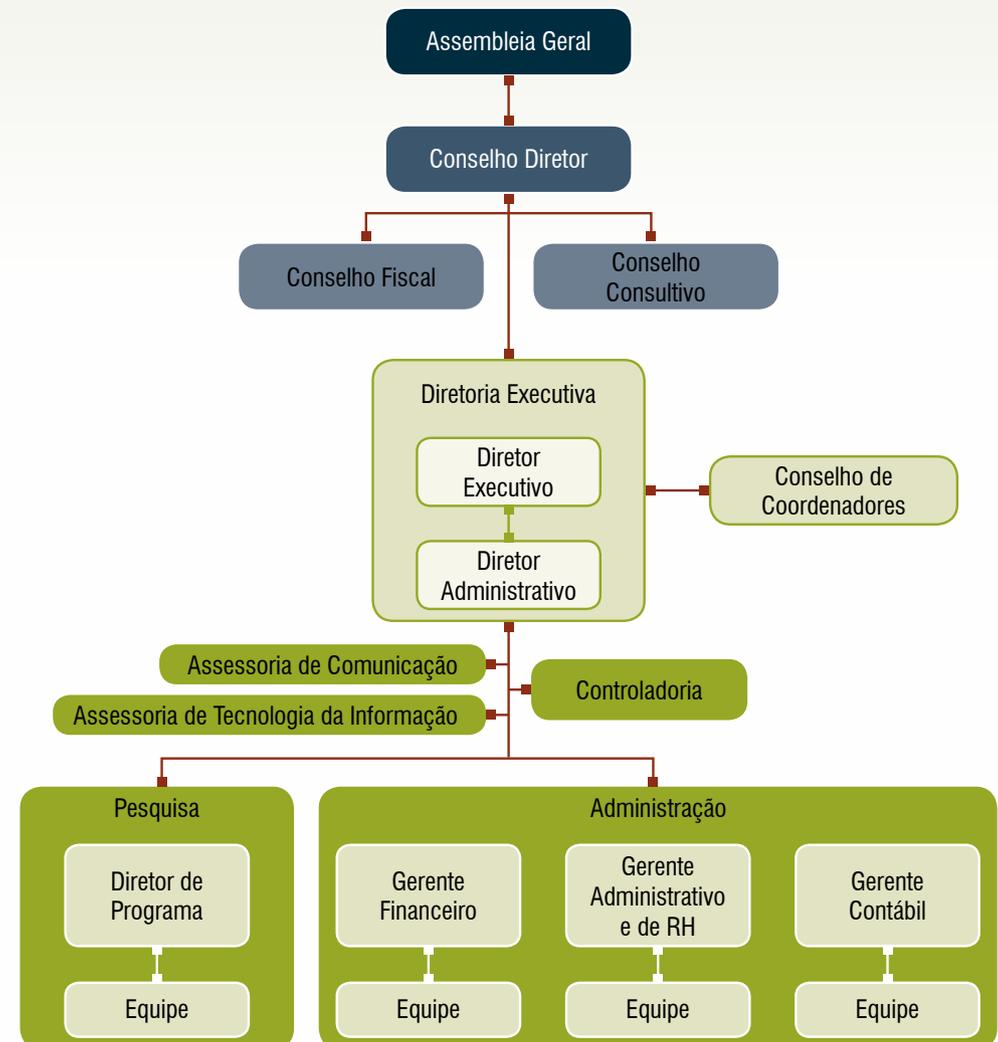
BOLETINS DO DESMATAMENTO (SAD)

- **Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (dezembro de 2016 e janeiro de 2017) SAD.**
Fonseca, A.; Justino, M.; Cardoso, D.; Ribeiro, J.; Souza Jr., C. & Veríssimo, A. 2017. Boletim do desmatamento da Amazônia Legal (dezembro de 2016 e janeiro de 2017) SAD (p. 1). Belém: Imazon.
- **Nota Informativa – Transparência Florestal (fevereiro de 2017) SAD**
Fonseca, A.; Justino, M.; Cardoso, D.; Ribeiro, J.; Souza Jr., C. & Veríssimo, A. 2017. Nota Informativa – Transparência Florestal (SAD) fevereiro de 2017 (p. 1). Belém: Imazon.
- **Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (fevereiro e março de 2017) SAD**
Fonseca, A.; Justino, M.; Cardoso, D.; Ribeiro, J.; Souza Jr., C. & Veríssimo, A. 2017. Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (fevereiro e março de 2017) SAD (p. 1). Belém: Imazon.
- **Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (abril de 2017) SAD**
Fonseca, A.; Justino, M.; Cardoso, D.; Ribeiro, J.; Souza Jr., C. & Veríssimo, A. 2017. Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (abril de 2017) SAD (p. 1). Belém: Imazon.
- **Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (maio de 2017) SAD**
Fonseca, A.; Justino, M.; Cardoso, D.; Ribeiro, J.; Souza Jr., C. & Veríssimo, A. 2017. Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (maio de 2017) SAD (p. 1). Belém: Imazon.
- **Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (junho de 2017) SAD**
Fonseca, A.; Justino, M.; Cardoso, D.; Ribeiro, J.; Souza Jr., C. & Veríssimo, A. 2017. Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (junho de 2017) SAD (p. 1). Belém: Imazon.

- **Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (julho de 2017) SAD**
Fonseca, A.; Justino, M.; Cardoso, D.; Ribeiro, J.; Souza Jr., C. & Veríssimo, A. 2017. Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (julho de 2017) SAD (p. 1). Belém: Imazon.
 - **Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (agosto de 2017) SAD**
Fonseca, A.; Justino, M.; Cardoso, D.; Ribeiro, J.; Salomão, R.; Souza Jr., C. & Veríssimo, A. 2017. Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (agosto de 2017) SAD (p. 1). Belém: Imazon.
 - **Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (setembro de 2017) SAD**
Fonseca, A.; Justino, M.; Cardoso, D.; Ribeiro, J.; Salomão, R.; Souza Jr., C. & Veríssimo, A. 2017. Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (setembro de 2017) SAD (p. 1). Belém: Imazon.
 - **Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (outubro de 2016) SAD**
Fonseca, A.; Justino, M.; Cardoso, D.; Ribeiro, J.; Salomão, R.; Souza Jr., C. & Veríssimo, A. 2017. Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (outubro de 2017) SAD (p. 1). Belém: Imazon.
 - **Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (novembro de 2017) SAD**
Fonseca, A.; Justino, M.; Cardoso, D.; Ribeiro, J.; Salomão, R.; Souza Jr., C. & Veríssimo, A. 2017. Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (novembro de 2017) SAD (p. 1). Belém: Imazon.
- NOTAS E DOCUMENTOS TÉCNICOS
- **Redução da Flona do Jamanxim: vitória da especulação fundiária?**
Martins, H.; Ribeiro, J. & Souza Jr., C. 2017. Evolução da pressão Jamanxim (2006 a 2017). (p. 1). Belém: Imazon.
 - **Degradação Florestal no Estado do Pará (agosto de 2015 a julho de 2016).**
Cardoso, D.; Ribeiro, J.; Salomão, R.; Fonseca, A. & Souza Jr., C. 2017. Degradação Florestal no Estado do Pará (agosto de 2015 a julho de 2016). (p. 1). Belém: Imazon.
 - **Nota Técnica sobre o impacto das novas regras de regularização fundiária na Amazônia.**
Brito, B. 2017. Nota Técnica sobre o impacto das novas regras de regularização fundiária na Amazônia. Belém: Imazon.

- **Nota Reserva Nacional do Cobre e seus Associados (Renca) e as Áreas Protegidas.**
Pereira, J. & Salomão, R. 2017. Nota Reserva Nacional do Cobre e seus Associados (Renca) e as Áreas Protegidas. Belém: Imazon.
- **Ameaça e pressão de desmatamento em Áreas Protegidas: SAD 2017.**
Fonseca, A.; Salomão, R.; Ribeiro, J. & Souza Jr., C. 2017. Ameaça e pressão de desmatamento em Áreas Protegidas: SAD 2017 (p. 1). Belém: Imazon.
- **Ameaça e pressão de desmatamento em Áreas Protegidas: SAD de agosto a outubro de 2017.**
Fonseca, A.; Salomão, R.; Ribeiro, J. & Souza Jr., C. 2017. Ameaça e pressão de desmatamento em Áreas Protegidas: SAD de agosto a outubro de 2017 (p. 1). Belém: Imazon.
- **Ameaça e pressão de desmatamento em Áreas Protegidas: SAD de agosto a novembro de 2016.**
Fonseca, A.; Salomão, R.; Ribeiro, J. & Souza Jr., C. 2017. Ameaça e pressão de desmatamento em Áreas Protegidas: SAD de agosto a novembro de 2016 (p. 1). Belém: Imazon.

ORGANOGRAMA E EQUIPE



ASSEMBLEIA GERAL

Adalberto Veríssimo
Pesquisador Associado do Imazon

Christopher Uhl
Professor da Universidade Estadual da Pensilvânia-EUA

Cândido Paraguassu
Advogado e Professor da Universidade da Amazônia (Unama)

Carlos Souza Jr.
Pesquisador Associado do Imazon

David MacGrath
Woods Hole Research Center-EUA

Paulo Amaral
Pesquisador Associado do Imazon

Paulo Barreto
Pesquisador Associado do Imazon

CONSELHO DIRETOR

André Guimarães
*Presidente do Conselho Diretor do Imazon
Diretor Executivo do Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia (Ipam)*

Maria José Gontijo
*Vice-Presidente do Conselho Diretor do Imazon
Diretora Executiva do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)*

Alexandre Mansur
Jornalista e editor da Revista Época

Pedro Moura Costa
Presidente Executivo da BVRio

Ricardo Abramovay
Professor Titular do Departamento de Economia da FEA (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP))

Sérgio Abranches
Cientista Político do Site Ecopolítica e Comentarista da Rádio CBN

Tasso Azevedo
Engenheiro Florestal, consultor e empreendedor social em sustentabilidade, floresta e clima

CONSELHO FISCAL

Carlos Antonio Rocha Vicente
Engenheiro Florestal

Edson Vidal
Professor da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq) da USP

Ubiratan Cazetta
Procurador da República no Pará

CONSELHO CONSULTIVO

Adriana Ramos
Instituto Socioambiental (ISA)

Jorge Yared
Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (Ideflor)

Luis Gonzaga Costa
Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra)

Manoel Pereira
Cikel Brasil Verde S/A

Peter May
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Rita Mesquita
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa)

Robert Walker
Universidade Estadual de Michigan-EUA

DIRETORIA EXECUTIVA

Andréia Pinto
Diretora Executiva

Veronica Oki
Diretora Administrativa

EQUIPE**PESQUISADORES****Pesquisadores Associados**

Adalberto Veríssimo
Brenda Brito
Carlos Souza Jr.
Paulo Amaral
Paulo Barreto

Pesquisador Adjunto

Amintas Brandão Jr.
Andréia Pinto

Pesquisadores Assistentes II

Antônio Fonseca
Dalton Cardoso

Elis Araújo
Heron Martins
Jakeline Pereira

Pesquisadores Assistentes I

Dario Cardoso Jr.
Marcelo Justino
Silvio Renan Mota Moura

ANALISTAS**Analistas III**

Kátia Pereira
Rita de Oliveira Braga
Ritaumaria Pereira
Rodney Salomão Reis
Sâmia Nunes

Analistas II

Izabella Gomes
Júlia Ribeiro

Analistas I

Eli Vale
Sara Baima Silva

TÉCNICOS

Carlos Alexandre Cunha

ADMINISTRAÇÃO

Controladoria

Veronica Oki

Gerentes

Fabiany Lucidos (Financeiro)

Verônica Oki (Contabilidade)

Wanessa Ferreira (Administrativo e RH)

Assessoria de Comunicação

Stefânia Costa

Assistente

Flávia Valle (Financeiro)

Helton Rodrigues (Tecnologia da In-
formação)

Larissa Leite (Financeiro)

Rita Oliveira (Contabilidade)

Auxiliares

Izabel Cristina Barros (Recepcionista)

Rosa Pinheiro da Silva (Serviços Gerais)

ESTAGIÁRIOS

Ana Caroline Sousa

Eliaquim dos Santos

Maria Waldenys Silva

Marcelo Sobral e Souza

Mayara Gomes da Silva

Maylla Neves

Rodrigo Silva de Oliveira

Sarah Nascimento



Siglas

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade	GT	Grupo de Trabalho
APA	Área de Proteção Ambiental	ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ARA	Aliança pela Restauração na Amazônia	Ideflor	Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	IDH	The Sustainable Trade Initiative
CAR	Cadastro Ambiental Rural	IEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
CI	Conservação Internacional	Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Cites	Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora	Inpa	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
Clua	Climate and Land Use Alliance	Ipm	Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia
CMN	Conselho Monetário Nacional	IPS	Índice de Progresso Social
CTPEA	Câmara Técnica Permanente de Espécies Ameaçadas do Estado do Pará	ISA	Instituto Socioambiental
CTSF	Câmara Técnica Setorial de Floresta do Estado do Pará	Imaflora	Instituto de Manejo e Certificação Florestal Agrícola
COP-15	Conferência do Clima em Copenhague em 2009	Imazon	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
DLZ	Desmatamento Líquido Zero	Iterpa	Instituto de Terras do Pará
EE	Earth Engine	LDI	Lista de Desmatamento Ilegal do Pará
Esalq	Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo	MMA	Ministério do Meio Ambiente
FEA	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo	MPE	Ministério Público Estadual
Flona	Floresta Nacional	MPF	Ministério Público Federal
Flota	Floresta Estadual	Norad	Comando de Defesa Aeroespacial da América do Norte
FSC	Conselho de Manejo Florestal	OMFCF	Observatório do Manejo Florestal Comunitário e Familiar
GEE	Gases de Efeito Estufa	ONU	Organização das Nações Unidas
GFW	Global Forest Watch	Oscip	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

Siglas

PMV	Programa Municípios Verdes	SIG	Sistemas de Informações Geográficas
PGR	Procuradoria Geral da República	Sigam	Sistema Integrado de Gestão Ambiental
Prodes	Programa de Cálculo de Desflorestamento da Amazônia	Simex	Sistema de Monitoramento da Exploração Madeira
PT	Partido dos Trabalhadores	STF	Supremo Tribunal Federal
Raisg	Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georeferenciada	TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
Recam	Rede de Capacitação da Amazônia	TNC	The Nature Conservancy
Renca	Reserva Nacional de Cobre e seus Associados	UC	Unidade de Conservação
SAD	Sistema de Alertas de Desmatamento	Ufra	Universidade Federal Rural da Amazônia
Seeg	Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa	UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Semas	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade	Unama	Universidade da Amazônia
SFB	Serviço Florestal Brasileiro	USP	Universidade de São Paulo
Sicarf	Sistema de Cadastro e Regularização Fundiária do Pará	WRI	World Resources Institute
		WWF	World Wide Fund for Nature

Trav. Dom Romualdo de Seixas nº 1698,
Edifício Zion Business, 11º andar • Bairro Umarizal
CEP: 66.055-200 • Belém • Pará • Brasil

O Imazon é um instituto de pesquisa cuja missão é promover conservação e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Nossos estudos são realizados dentro de cinco grandes programas: Monitoramento da Amazônia, Política e Economia, Floresta e Comunidade, Mudanças Climáticas e Direito e Sustentabilidade. O Instituto foi fundado em 1990, e sua sede fica em Belém, no Pará.

 www.imazon.org.br

 facebook.com/imazonoficial

 twitter.com/imazon

 youtube.com/imazonoficial

Produzido por
www.rl2design.com.br